

XII Congresso
Fluminense
de Iniciação Científica
e Tecnológica



V Congresso
Fluminense
de Pós-Graduação

Ciência para o Desenvolvimento Sustentável

A educação especial no contexto das reformas ultraneoliberais e neoconservadoras: entre disputas e consensos

Luana Leal Ribeiro, Renata Maldonado da Silva

As políticas educacionais inclusivas foram desenvolvidas no Brasil sob a influência de orientações das Organizações Multilaterais internacionais que, sobretudo a partir de meados da década de 1970, promoveram o discurso de que o investimento em educação e a inserção de sujeitos historicamente excluídos nos sistemas educacionais seriam imprescindíveis no combate à exclusão social. Em função disso, no Brasil, tal discurso foi fortemente difundido em documentos oficiais nacionais, principalmente a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016). Apesar do discurso sobre a ampliação do papel do Estado na proposição e implementação de políticas sociais, percebe-se o incentivo à oferta de serviços educacionais direcionados aos alunos público-alvo da educação especial por instituições privado-assistenciais, por meio da delimitação de convênios com o setor estatal. Porém, com base da análise da práxis discursiva estabelecida na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, publicada no ano de 2008, verificou-se a tentativa de descontinuar, ainda que parcialmente, as parcerias com os setores privados sob o argumento da necessidade do estabelecimento de sistemas educacionais inclusivos. Entretanto, com o fim da era PT, as políticas educacionais brasileiras vêm passando por uma série de reformas neoconservadoras e ultraneoliberais, sendo perceptível a intensificação da proposta de retração da atuação do Estado no campo educacional, em todas as modalidades de ensino e, sobretudo, na educação especial por meio da proposição da atualização da PNEEPEI. Nesse cenário, através de revisão de literatura e análise documental, o presente trabalho buscou analisar o posicionamento de alguns intelectuais orgânicos que participaram do processo de elaboração da proposta de atualização da PNEEPEI. Com base em análises preliminares foi possível verificar que existe uma disputa em relação ao lugar da oferta dos serviços prestados aos sujeitos público-alvo da educação especial. Por um lado, há o entendimento de que essas pessoas devem ser escolarizadas nas classes regulares de ensino e, por outro lado, há a defesa de que as especificidades desses alunos demandam atendimentos especializados em espaços exclusivos/segregados. Portanto, entende-se que os setores que defendem a proposta inclusiva defrontam-se com as forças vinculadas ao setor privado-assistencial, historicamente dominante e com ampla participação na formulação de políticas governamentais, sugerindo que tais modificações foram formuladas para atender aos interesses de determinados grupos, principalmente, às instituições de caráter privado-assistencial.